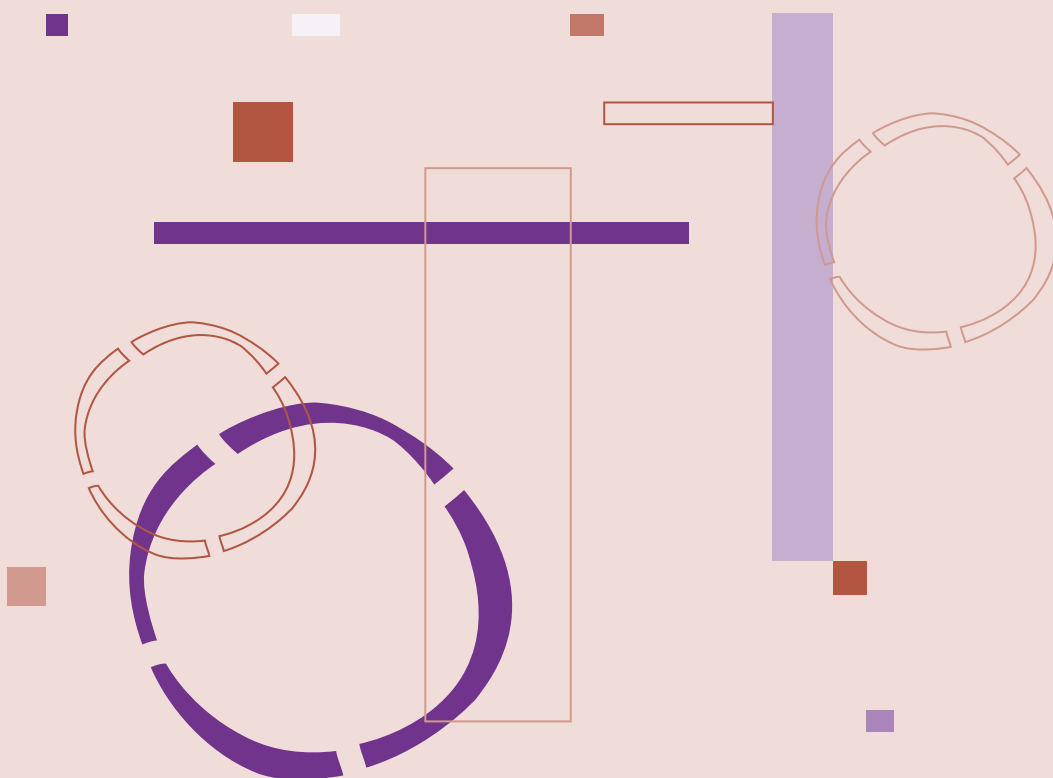




NOTA TÉCNICA



Análise sobre os recursos para transição energética no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2027



EQUIPE DO INESC

Conselho Diretor

Romi Bencke
Luiz Gonzaga
Elisabetta Recine
Aline Maia
Wânia Santana

Conselho Fiscal

Lucas Alencar
Ilíana Canoff
Ronaldo Garcia
Sérgio Haddad (*suplente*)

Colegiado de Gestão

Cristiane da Silva Ribeiro
José Antônio Moroni
Nathalie Beghin

Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Ana Paula Felipe

Assistente da Direção

Thayza Benetti

Assessoria Política

Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni
Carolina Alves
Cássia Lopes
Cássio Cardoso Carvalho
Cleo Manhas
Dyarley Viana de Oliveira
Lara Montenegro
Rárisson Sampaio
Renaud Evina
Teresa Ruas
Thallita de Oliveira

Equipe de Comunicação

Ciléia Pontes
Gabriela Alves
Sílvia Alvarez
Thays Ferrari Puzzi

Educador Social

Markão Aborigine

Assessoria Técnica

Adriana Pereira
Marcela Coelho M. Esteves
Morgana Brenda

Assessoria Técnica de Planejamento, Monitoramento, Avaliação, Aprendizagem – PMAA

Adriana Silva Alves

Assistente de Contabilidade

Josemar Vieira dos Santos

Assistente Financeiro

Adalberto Vieira dos Santos
Ricardo Santana da Silva

Auxiliares Administrativos

Eduarda R. Aguiar Figueiredo
Eugênia Christina Alves Ferreira
Isabela Mara dos Santos da Silva

Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

APOIO INSTITUCIONAL

Charles Stewart Mott
Foundation
ClimateWorks/CLUA – The
Climate and Land Use Alliance
ETF – Energy Transition Fund
Fastenaktion
Fundação Heinrich Böll
Fundação Ford
Fundar
Fundo Malala
ICS – Instituto Clima e
Sociedade
KNH – Kindernothilfe
OSF – Open Society
Foundations
PPM – Pão para o Mundo
Rainforest Foundation Norway
TILT Collective – Windward
Fund
União Européia
Porticus

FICHA TÉCNICA

Coordenação Política

Cristiane Ribeiro
José Antônio Moroni
Nathalie Beghin
Colegiado de Gestão do Inesc

Redação

Cássio Cardoso Carvalho

Projeto Gráfico e diagramação

Gabriela Alves

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17, 13º Andar Cobertura
– Edifício Márcia. CEP: 70. 307-900 - Brasília/DF
Telefone: + 55 61 3212-0200
E-mail: inesc@inesc.org.br
Página Eletrônica: www.inesc.org.br

*É permitida a reprodução total ou parcial do texto, de forma gratuita,
desde que seja citada a fonte e inclua a referência ao texto original.*

Introdução

Ao longo do último período, o Brasil tem construído uma série de políticas e programas e aprimorado seu planejamento para fazer avançar a transição energética no país, mesmo partindo de uma matriz considerada renovável, que já se destaca em relação à média mundial. Apesar desses avanços, pautas vindas do Congresso Nacional, vez ou outra, tentam ofuscar essa trajetória de renovabilidade. Um exemplo é o jabuti que prorroga os subsídios à geração de energia elétrica a partir do carvão mineral.

Ainda assim, é importante analisar o quadro geral, que revela a construção de políticas estruturantes para a transição energética brasileira nesse último período. Destaque-se o esforço empreendido para a erradicação da pobreza energética por meio dos programas Luz do Povo e Gás do Povo, que, somados à continuidade do Luz para Todos, contribuem para que a energia deixe de ser um vetor de pobreza no país.

De um lado, merece menção o planejamento da transição e do próprio setor energético com a elaboração e implementação do Plano e da Política Nacional de Transição Energética assim como da Taxonomia Sustentável Brasileira e a construção do mapa do caminho doméstico que oriente, no médio e no longo prazos, o fim da dependência dos combustíveis fósseis, tanto na matriz energética quanto no âmbito fiscal. Do outro lado, estão a participação social, com a construção do Fórum Nacional de Transição Energética (Fonte), e o fomento à transição em atividades que exige a superação de barreiras tecnológicas e estruturais, como a indústria e o armazenamento de energia, por meio da Nova Indústria Brasil (NIB) e do primeiro leilão de armazenamento de energia elétrica.

Mas, o sucesso dessas medidas exige a garantia de recursos, que podem ser mobilizados por diferentes caminhos, e um deles é o orçamento da União. Neste sentido, ao analisar a proposta orçamentária para 2027 (PLDO 2027), é possível perceber que estamos caminhando para criar as condições necessárias para o sucesso dessas ações.

A seguir, apresentamos uma análise dos orçamentos de programas e ações de ministérios que preveem, em seu planejamento, recursos destinados exclusivamente à agenda da transição energética.

Ministério de Minas e Energia (MME)

O Ministério de Minas e Energia (MME) tem concentrado os recursos destinados à transição energética no Programa Transição Energética, criado no atual Plano Plurianual. Ao longo da análise do programa, mais precisamente durante este ciclo orçamentário (2024 - 2027), o MME sempre manteve uma ação específica para estudos sobre petróleo e gás natural, mesmo já existindo um programa orçamentário próprio para os combustíveis fósseis. No PLOA 2027, essa ação foi descontinuada e a proposta é que os recursos desse Programa sejam, de fato, voltados à transição energética, incluindo o planejamento, os estudos e as pesquisas sobre o sistema energético.

Além das ações do programa de Transição Energética, outra novidade do PLOA 2027 que merece destaque, especialmente por sua contribuição para o enfrentamento da pobreza energética, é a ação “Promoção do Acesso ao Cozimento Limpo”. Apesar de estar inserida no programa “Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis”, a superação da dependência da lenha para o preparo dos alimentos ainda é um desafio para 20,9%¹ das famílias brasileiras.

Com essas mudanças, entre 2026 e 2027, o MME dá um salto de 146% no planejamento dos recursos destinados à transição energética, que passam de R\$ 14,68 milhões para R\$ 36,13 milhões (ver Tabela 1).

¹ Dado de 2025 publicado no Balanço Energético Nacional, pela Empresa de Pesquisa Energética. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-975/topico-847/BEN_S%C3%ADntese_2026_PT.pdf. Acesso em: 02 de setembro. 2026.

TABELA 1 Recursos planejados para a transição energética no Ministério de Minas e Energia (MME), PLOA 2026, Autorizado 2026 e PLOA 2027 (valores em reais correntes).

Programa	Ação	PLOA 2026	Autorizado 2026	PLOA 2027
3107 Transição Energética	4897 Transição Energética e Planejamento	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00	R\$ 1.000.000,00
	20LI Estudos para o Planejamento do Setor Energético	R\$ 6.645.939,00	R\$ 6.645.939,00	-
	21BC Estudos da Indústria de Petróleo e Gás Natural	R\$ 6.081.318,00	R\$ 6.081.318,00	-
	21BD Estudos da Indústria de Biocombustíveis	R\$ 1.152.048,00	R\$ 1.152.048,00	-
	20LI Estudos e Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético	-	-	R\$ 18.236.584,00
3103 Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	21JO Promoção do Acesso ao Cozimento Limpo	-	-	R\$ 16.895.195,00
		R\$ 14.679.305,00	R\$ 14.679.305,00	R\$ 36.131.779,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Elaboração própria.

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)

No Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), não houve grandes mudanças entre os PLOAs 2026 e 2027. Vale destacar, porém, que o planejamento dos recursos para 2027 ficou concentrado exclusivamente no plano orçamentário (PO) “Energização Renovável para a Agricultura Familiar”. Até então, além desse PO, uma parcela importante dos recursos era destinada ao “Apoio à Participação da Agricultura Familiar nas Cadeias de Energias Renováveis”, que foi descontinuado, ao menos no planejamento para 2027.

Apesar da redução, o orçamento do MDA para enfrentar os desafios da transição energética na agricultura familiar brasileira mantém certa estabilidade, passando de R\$ 2,90 milhões, em 2026, para R\$ 2,41 milhões, em 2027, uma diminuição de 16,9% (ver Tabela 2).

Aqui vale destacar que esses recursos ainda são pequenos diante do papel que o ministério pode desempenhar. O MDA pode ser uma locomotiva, junto aos movimentos sociais do campo, na construção de projetos que promovam, por exemplo, a ampliação da oferta de cursos técnicos e superiores sobre energia e transição energética, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), voltados à agricultura familiar. Também poderia apoiar a implantação de uma indústria de painéis solares e de outros componentes de energia fotovoltaica no Semiárido nordestino, envolvendo cooperativas, associações e agricultores familiares, além de desenvolver um programa de transição energética para as agroindústrias que ainda utilizam lenha ou combustíveis fósseis em seus processos produtivos.

TABELA 2 Recursos planejados para a transição energética no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), PLOA 2026, Autorizado 2026 e PLOA 2027 (valores em reais correntes).

Ação	Plano Orçamentário	PLOA 2026	Autorizado 2026	PLOA 2027
210X Apoio ao Desenvolvimento Territorial Sustentável à Inclusão Produtiva e à Infraestrutura Rural	000N Energização Renovável e Inclusão Digital para a Agricultura Familiar	R\$ 404.941,00	R\$ 404.941,00	R\$ 2.407.245,00
210V Estruturação Produtiva, Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Agroecologia	000A Apoio à participação da Agricultura Familiar nas Cadeias de Energias Renováveis	R\$ 2.500.000,00	R\$ 2.316.844,00	R\$ 0,00
		R\$ 2.904.941,00	R\$ 2.721.785,00	R\$ 2.407.245,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Elaboração própria.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)

No Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) destacam-se os recursos destinados ao Programa Gás do Povo. Após sua reestruturação, o programa passou a buscar não apenas garantir o acesso ao gás liquefeito de petróleo (GLP) - ou gás de cozinha - para as famílias em situação de vulnerabilidade social, mas também ampliar a instalação de biodigestores e de outros sistemas de preparo de alimentos com baixa emissão de carbono. No PLOA 2027, os recursos aumentaram aproximadamente 49,6% em relação ao ano anterior, passando de R\$ 5,1 bilhões para R\$ 7,63 bilhões (ver Tabela 3).

É importante destacar a relevância de garantir às famílias brasileiras acesso contínuo ao gás de cozinha ou ao biogás, de modo a substituir o uso da lenha e de outros resíduos no preparo de alimentos, muitas vezes realizado em fogões improvisados. Essas práticas representam riscos significativos à saúde e à segurança das pessoas, especialmente das mulheres, sobre as quais ainda recai, de forma desproporcional e socialmente naturalizada, a responsabilidade pelo preparo dos alimentos e por outras atividades domésticas. Para as mulheres negras, sobre representadas nas camadas empobrecidas, a situação é ainda mais dramática.

Outro aspecto relevante do programa Gás do Povo é a previsão de que o pagamento do auxílio seja realizado, preferencialmente, para a mulher da família beneficiária. A medida busca garantir a autonomia das mulheres e impedir que, em situações de violência doméstica, o agressor retenha o benefício ou use o recurso como forma de coerção ou controle econômico da família.

TABELA 3 Recursos planejados para a transição energética no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), PLOA 2026, Autorizado 2026 e PLOA 2027 (valores em reais correntes).

Programa	Ação	PLOA 2026	Autorizado 2026	PLOA 2027
5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	21DV Auxílio Gás dos Brasileiros (Auxílio Gás do Povo)	R\$ 5.100.000.000,00	R\$ 4.726.363.265,00	R\$ 7.630.621.298,00
Total		R\$ 5.100.000.000,00	R\$ 4.726.363.265,00	R\$ 7.630.621.298,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Elaboração própria.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

No âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, existem dois planos orçamentários (POs) relacionados à transição energética: “Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação para Transição e Eficiência Energética” e “Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Energia Elétrica (CT-Energ)”. Entre 2026 e 2027, o montante planejado pelo ministério para essa agenda apresentou um aumento significativo, passando de R\$ 26,07 milhões para R\$ 109,29 milhões no biênio, o equivalente a um crescimento de 319% (ver Tabela 4).

Apesar de o PO “Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação para Transição e Eficiência Energética” manter o mesmo valor nos dois projetos, de R\$ 499 mil, o aumento ficou concentrado no PO “Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Energia Elétrica”. Esse plano busca estimular a pesquisa e a inovação voltadas a novos tipos de geração de energia, promover o desenvolvimento e a competitividade da tecnologia industrial nacional e fortalecer a capacidade tecnológica do país, por meio do Fundo Setorial de Energia, vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Entre os PLOAs 2026 e 2027, os recursos destinados a esse PO passaram de R\$ 25,6 milhões para R\$ 108,8 milhões, um aumento de 325% (ver Tabela 4).

TABELA 4 Recursos planejados para a transição energética no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), PLOA 2026, Autorizado 2026 e PLOA 2027
(valores em reais correntes).

Programa	Ação	Plano Orçamentário	PLOA 2026	Autorizado 2026	PLOA 2027
2324 Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização	20V6 Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação nas Empresas e nas Cadeias produtivas	0000 Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação para Transição e Eficiência Energética	R\$ 499.557,00	R\$ 499.557,00	R\$ 499.557,00
2308 Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI	2189 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Energia Elétrica (CT-Energ)	0000 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Energia Elétrica (CT-Energ)	R\$ 25.569.648,00	R\$ 25.569.648,00	R\$ 108.787.960,00
Total			R\$ 26.069.205,00	R\$ 26.069.205,00	R\$ 109.287.517,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Elaboração própria.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)

Por fim, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), destaca-se a ação “Municípios Verdes e Promoção do Desenvolvimento da Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria”, mais diretamente relacionada à agenda de transição energética. No planejamento para 2027, os recursos destinados a essa ação cresceram 87,5%, passando de R\$ 1,6 milhão, em 2026, para R\$ 3 milhões, em 2027 (ver Tabela 5).

Contudo, esse montante é bastante baixo diante do enorme desafio de descarbonização do parque industrial brasileiro, especialmente quando pensamos em uma transição energética ancorada em uma estratégia de reindustrialização. É importante considerar, porém, que parte relevante desse desafio tende a estar ancorada em outras políticas fiscais e econômicas, por meio de subsídios, incentivos tarifários, crédito e outros tipos de investimentos.

TABELA 5 Recursos planejados para a transição energética no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MDIC), PLOA 2026, Autorizado 2026 e PLOA 2027
(valores em reais correntes).

Programa	Ação	PLOA 2026	Autorizado 2026	PLOA 2027
2801 Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	21FH Municípios Verdes e Promoção do Desenvolvimento da Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria	R\$ 1.600.000,00	R\$ 20.812.087,00	R\$ 3.000.000,00
Total		R\$ 1.600.000,00	R\$ 20.812.087,00	R\$ 3.000.000,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Elaboração própria.

PLOA 2027 – O que mostram os números para a transição energética?

O planejamento do orçamento da União para a transição energética, presente no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2027, apresenta um quadro positivo em relação aos valores previstos. Na comparação com 2026, houve um aumento de aproximadamente 51,4%, com o volume total dos recursos passando de R\$ 5,14 bilhões para R\$ 7,78 bilhões (ver Tabela 6).

É importante destacar, porém, que o grosso desse montante está relacionado ao Gás do Povo, programa que busca enfrentar a pobreza energética associada ao preparo de alimentos das famílias brasileiras. Ou seja, embora o crescimento global dos recursos seja significativo, ele está bastante concentrado em uma política específica que, apesar de importante, está longe de ser suficiente para impulsionar a transição energética que o país precisa.

Ao mesmo tempo, algumas agendas e ministérios ainda demandam maior atenção e um volume mais expressivo de recursos para a transição energética. É o caso, por exemplo, das políticas voltadas à agricultura familiar, que ainda aparecem com valores muito baixos diante do potencial que possuem para contribuir com uma transição mais justa, territorializada e articulada às políticas de desenvolvimento rural.

TABELA 6 Recursos planejados para a transição energética pelo Governo Federal, PLOA 2026, Autorizado 2026 e 2027 (valores em reais correntes).

	PLOA 2026	Autorizado 2026	PLOA 2027
MME	R\$ 14.679.305,00	R\$ 14.679.305,00	R\$ 36.131.779,00
MDA	R\$ 2.904.941,00	R\$ 2.721.785,00	R\$ 2.407.245,00
MDS	R\$ 5.100.000.000,00	R\$ 4.726.363.265,00	R\$ 7.630.621.298,00
MCTI	R\$ 26.069.205,00	R\$ 26.069.205,00	R\$ 109.287.517,00
MDIC	R\$ 1.600.000,00	R\$ 20.812.087,00	R\$ 3.000.000,00
Total	R\$ 5.145.253.451,00	R\$ 4.790.645.647,00	R\$ 7.781.447.839,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Elaboração própria.

